



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT

**BALANÇO**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS DO EXERCÍCIO DE 2022**

**FUNDO ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E RURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA-FRFUR**

**1- CONTEXTO GERAL**

O Fundo Especial de Regularização Fundiária Urbana e Rural do Estado de Rondônia - FRFUR, pessoa jurídica dotado de autonomia administrativa e financeira, com personalidade contábil e orçamento próprio, inscrito no CNPJ 18.677.407/0001-13, órgão da Administração Direta do Poder Executivo do Estado de Rondônia, tem por finalidade ser um instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a proporcionar suporte financeiro na implantação, na manutenção e no desenvolvimento de programas e ações dirigidos à Regularização Fundiária no Estado de Rondônia. Com sede na Av. Farquar, 2986, Bairro Pedrinhas, Edifício Rio Pacaás Novos, 4º andar, delimitado com suas competências definidas na Lei Complementar nº 1.064, de 21 de agosto de 2020, vinculado e subordinado à Superintendência Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT.

Convém destacar que o Fundo Especial de Regularização Fundiária Urbana e Rural do Estado de Rondônia, não dispõe de estrutura física própria, utiliza os departamentos, coordenadorias, gerências e setores da Superintendência Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT.

As atividades operacionais durante o exercício de 2022 foram amparadas pela Lei Orçamentária Anual - LOA nº 5.246/2022 de 10 de janeiro de 2022 e o Decreto nº 26.832, de 14 de janeiro de 2022, que estabeleceu o cronograma de desembolso financeiro em contas mensais e bimestrais por Unidade Gestora.

**1.1- Declaração de Conformidade**

Declaro que os Demonstrativos Contábeis emitidos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal-SIGEF/RO (*Balanços: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido*), regida pela Lei Complementar Nº 4.320 de 1964, com as estruturas alteradas pela Portaria STN nº 438 de 12 de julho de 2012, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 11 relativos ao exercício de 2022, representam fidedignamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial deste Fundo Especial de Regularização Fundiária Urbana e Rural do Estado de Rondônia- FRFUR.

Local: Porto Velho - RO

Data: 06/03/2023

Contador Responsável: Denise de Oliveira Ramos Andrade

CRC nº RO-005658/O-0

Matrícula: 300148220

## RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

### 2- BASE DE ELABORAÇÃO

As Demonstrações Contábeis referente ao exercício de 2022, foram elaboradas em consonância com Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição, Parte V- Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, Lei Complementar Federal nº 101/2000 e também, de acordo com os dispositivos instituídos pela Autoridade Contábil do Estado de Rondônia –Contabilidade Geral do Estado de Rondônia- COGES, nos termos da Lei Complementar nº 1.109, de 12 de novembro de 2021, sendo composta por:

- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); e
- Demonstração dos Fluxos de Caixa,
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; e
- Notas Explicativas.

Através da Portaria nº 14 de 20 de janeiro de 2023 foi aprovado a 6ª Edição dos MANUAIS DE CONFERÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS– MCD/COGES-RO, disponibilizados através do site <http://www.contabilidade.ro.gov.br/manuais>, com o objetivo de oferecer aos profissionais de contabilidade pública, e agentes responsáveis pelo patrimônio público, um roteiro normatizado de análise, verificação, certificação das demonstrações contábeis e emissão de notas explicativas que devem ser adotadas pelos Poderes e Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado de Rondônia. Sendo este roteiro, base para análise e emissão dos demonstrativos através do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF/RO.

As Demonstrações contábeis consolidam as informações desta Entidade e tem por finalidade fornecer aos seus usuários informações sobre os resultados alcançados e a situação econômico-financeira da entidade, no aspecto patrimonial, desempenho financeiro e seus fluxos de caixa, no exercício financeiro de 2022, em apoio ao processo de tomada de decisão à adequada prestação de contas, à transparência da gestão fiscal e a instrumentalização do controle social.

É importante frisar que a Portaria 542/GAB/SEFIN, publicada no DEO N.171 de 12.09.2017, em atendimento à Portaria nº 548/2015 da Secretaria do Tesouro Nacional, estabeleceu as novas regras de contabilidade aplicada ao Setor Público a serem implementadas no âmbito do Estado de Rondônia, cuja o Cronograma de procedimentos contábeis patrimoniais estão sendo executados, e os procedimentos com prazos estendidos estão sendo desenvolvidos por diversos grupos de trabalho, conforme cronograma estabelecido pela própria portaria.

#### 2.1-Base de Mensuração

**Moeda:** A moeda funcional no Brasil é o Real. Os saldos em moeda estrangeira, quando necessário, são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

**Disponibilidades:** São mensuradas pelo seu valor original, em real, uma vez feita a conversão para moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira. As aplicações financeiras de liquidez imediata, são mensuradas ou avaliadas pelo valor original até a data do Balanço Patrimonial.

**Caixa e equivalente de caixa:** Incluem os numerários em espécie, depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de alta liquidez.

**Créditos a Curto Prazo:** compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente à créditos não tributários, dívida ativa, transferências concedidas, empréstimos e financiamentos concedidos, adiantamentos e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor

original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

**Estoques:** Conforme Inciso III do Art. 106 da Lei 4.320/1964 os estoques deverão ser mensurados pelo custo médio ponderado. Há possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao de mercado.

**Imobilizado:** O ativo imobilizado é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, sendo atualizado por ajustes de Depreciação e Amortização conforme característica do bem. Tratando-se de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação. No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, são registrados pelo valor de aquisição e atualizados por ajustes de reavaliação.

**Retenções** - O Estado adota a política contábil considerando a Retenção como paga apenas na baixa da obrigação.

**Passivos Circulantes e Não Circulantes:** As obrigações da Supervisão evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar, obrigações fiscais, obrigações de repartições a outros entes, provisões e demais obrigações.

**Provisões:** Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperem que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto. As provisões registradas no FRFUR, correspondem à provisões trabalhistas, como exemplo: provisões de 13º salário e férias.

**Resultado Patrimonial:** A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

**Resultado Orçamentário:** Seguindo o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, o regime orçamentário aplicado à contabilidade pública é o misto, observa que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas (regime de caixa) e as despesas nele legalmente empenhadas (regime de competência). O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas.

**O Superávit/Déficit** é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas, enquanto o superávit é apresentado junto às despesas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário. As colunas de “Previsão Inicial” e “Previsão Atualizada” da Receita apresentam os valores correspondentes às receitas próprias ou decorrentes de Recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA.

**Resultado Financeiro** – O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários extras orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado pelo Balanço Patrimonial. É possível também verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e classifica-as em fluxos operacional, investimento e financiamento. A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizados para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

**Análise Vertical(AV):** é uma técnica que tem por objetivo mostrar o valor em percentual do quanto uma conta ou grupo de contas influenciam no sobre o mesmo demonstrativo.

**Análise Horizontal(AH):** Tem por finalidade destacar a evolução em percentual de uma conta ou grupo de contas de um exercício para outro.

### 3-ENVIO DOS BALANCETES MENSAIS

Remessas mensais via Sistema Integrados de Gestão e Auditoria Pública - SIGAP: Em atenção ao o art. nº 53 da Constituição do Estado de Rondônia quedispõe sobre a apresentação, pelos órgãos da Administração Direta e Indireta, de balancetes mensais à Corte de Contas Estadual; Considerando a Instrução Normativa nº72/TCER/2020 que dispõe sobre a remessa eletrônica mensal de informações ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia de informações e documentos por parte dasAdministrações Públicas Municipais e Estaduais do Estado de Rondônia; Considerando a edição da Resolução nº 328/2020/TCE-RO que regulamenta a Instrução Normativanº. 72/2020/TCE-RO para o exercício de 2021; Considerando o Decreto nº 26.020 de 19 de abril de 2021 que disciplina a remessa eletrônica mensal de informações, instituída pela Instrução Normativa nº 72/TCER/2020, de 19 de outubro de 2020, e regulamentada pela Resolução nº 328/2020/TCE-RO, de 06 de novembro de 2020.

Informamos que os recibos de entrega de remessa mensal, transmitido pela Controladoria Geral do Estado, conforme § 5º, art. 6º do Decreto nº 26.020 de 19 de Abril de 2021, no Sistema Integrados de Gestão e Auditoria Pública - SIGAP, dos módulos: Contábil, Pessoal, Orçamentário, Obras e Contratos, referente ao exercício de 2022 da Administração Direta do Estado de Rondônia, encontram-se no Processo SEI nº 0088.067634/2022-43.

## ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FUNDO ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA URBANA  
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64  
Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	543.510,00	543.510,00	955.327,00	411.817,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	500.000,00	500.000,00	-	(500.000,00)
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	43.510,00	43.510,00	955.327,00	911.817,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (II)	150.000,00	150.000,00	-	(150.000,00)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	150.000,00	150.000,00	-	(150.000,00)
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>693.510,00</b>	<b>693.510,00</b>	<b>955.327,00</b>	<b>261.817,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>693.510,00</b>	<b>693.510,00</b>	<b>955.327,00</b>	<b>261.817,00</b>
DEFICIT (VI)	-	-	2.070.308,37	-
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>693.510,00</b>	<b>693.510,00</b>	<b>3.025.635,37</b>	<b>261.817,00</b>

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	9.920.151,14	3.018.038,47	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superavit Financeiro	-	9.920.151,14	3.018.038,47	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	543.610,00	9.851.406,36	2.258.618,96	1.365.920,53	1.365.920,53	7.592.887,40
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.046,00	3.017.191,47	1.364.952,13	987.952,13	987.952,13	1.652.239,34
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	510.464,00	6.834.214,89	893.566,83	377.968,40	377.968,40	5.940.648,06
<b>DESPESAS DE CAPITAL (IX)</b>	150.000,00	1.259.185,04	767.116,41	-	-	492.068,63
INVESTIMENTOS	150.000,00	1.259.185,04	767.116,41	-	-	492.068,63
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)</b>	693.610,00	11.110.591,40	3.025.635,37	1.365.920,53	1.365.920,53	8.084.956,03
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)</b>	-	-	-	-	-	-
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)</b>	693.610,00	11.110.591,40	3.025.635,37	1.365.920,53	1.365.920,53	8.084.956,03
<b>SUPERAVIT (XIV)</b>	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (XV) = (XIII + XIV)</b>	693.610,00	11.110.591,40	3.025.635,37	1.365.920,53	1.365.920,53	8.084.956,03
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

## EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO A PAGAR (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (b)				
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	253.738,93	118.006,47	118.006,47	135.732,46	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	253.738,93	118.006,47	118.006,47	135.732,46	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	1.609.713,73	1.572.483,73	1.572.483,73	37.230,00	-
INVESTIMENTOS	-	1.609.713,73	1.572.483,73	1.572.483,73	37.230,00	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	1.863.452,66	1.690.490,20	1.690.490,20	172.962,46	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

## EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

R\$

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO A PAGAR (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (b)			
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	-	-	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

## NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

## Nota 01: Conceito

O Balanço Orçamentário, Anexo 12 da Lei federal nº 4.320 de março de 1964, tem por finalidade evidenciar o confronto entre a estimativa das receitas e despesas com a execução, demonstrando o resultado orçamentário (superávit ou déficit orçamentário)

Demonstrará também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, liquidadas, pagas e o saldo da dotação.

Em observância ao MCDC Lei 4.320/64 NBC TSP 11, NBC TSP 13, o Balanço Orçamentário é composto:

1. Quadro Principal;
2. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
3. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

#### **Nota 02: Orçamento e suas alterações**

A Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada pela Lei nº 5.246 de 10 de janeiro de 2022, estima a receita e fixa a despesa do Estado de Rondônia para o exercício financeiro de 2022, ficando estabelecido orçamento inicial de R\$ 693.510,00 para o FRFUR.

Durante a execução da Lei Orçamentária, ocorreram diversos fatores que influenciaram diretamente a alteração do orçamento previsto inicialmente, destaca-se com relevância a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro, no valor de R\$ 9.770.151,14, conforme Decreto nº 27.090 de 22 de abril de 2022. Essas alterações podem ser visualizadas na tabela a seguir:

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS 01/01/2022 a 31/12/2022				Em 1,00
Categoria Econômica	GRUPO DE DESPESAS	Dotação Inicial	Dotação Alterada	Dotação Atualização
03- Despesas Correntes	1-Pessoal e Encargos Sociais	33.046,00	2.984.145,47	3.017.191,47
	3- Outras Despesas Correntes	510.464,00	6.323.750,89	6.834.214,89
04- Despesas de Capital	4- Investimentos	150.000,00	1.109.185,04	1.259.185,04
TOTAL		693.510,00	10.417.081,40	11.110.591,40

#### **Nota 03: Receitas Orçamentárias**

No exercício de 2022 as receitas realizadas totalizaram o valor de R\$ 955.327,00 referente a remuneração de aplicações financeiras baseado nos recursos financeiros disponíveis ainda não utilizados.

#### **Nota 04: Despesas Orçamentárias**

A despesa pública corresponde ao compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder Legislativo, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade, prevista/fixada no orçamento. O valor total das despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 3.025.635,37 conforme tabela abaixo:

GRUPO DESPESA	2022		2021		AH -2022/2021 (DESP. EMP 2022 X 2021)	AV-2022 (EMP)(DOT)
	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	%	%
1 – Pessoal e Encargos Sociais	3.017.191,47	1.364.952,13	484.600,25	370.035,90	72,89%	45,24%
2 – Juros e Encargos da Dívida			-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	6.934.214,89	893.566,83	9.779.672,55	429.664,75	51,92%	12,88%
<b>Subtotal Despesas Correntes</b>	<b>9.951.406,36</b>	<b>2.258.518,96</b>	<b>10.264.272,80</b>	<b>799.700,65</b>	<b>72,18%</b>	<b>22,70%</b>
4 – Investimentos	1.259.185,04	767.116,41	1.802.174,55	1.617.873,73	-110,90%	60,92%
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal Despesa de Capital</b>	<b>1.259.185,04</b>	<b>767.116,41</b>	<b>1.802.174,55</b>	<b>1.617.873,73</b>	<b>-110,90%</b>	<b>60,92%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>11.210.591,40</b>	<b>3.025.635,37</b>	<b>12.066.447,35</b>	<b>2.417.574,38</b>	<b>20,10%</b>	<b>26,99%</b>

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Considerando a análise horizontal, comparando 2022 x 2021, observa-se um crescimento na rubrica Pessoal e Encargos de 72,89%. Essa variação é devido ao aumento considerável da força de trabalho nas atividades finalísticas, com a contratação de servidores emergenciais, através do Processo Seletivo/Edital nº163/2022, detalhado nos autos do Processo SEI nº 0064.239745/2021-08.

Sob a ótica da análise vertical, confrontando as despesas de capital empenhadas x dotação atualizada do exercício de 2022, verifica-se a efetivação de 60,92% do orçamento, sendo direcionado para aquisição de ativo imobilizado, como por exemplo, monitores, computadores e mobiliário, fortalecendo a capacidade e celeridade na entrega dos serviços técnicos de regularização fundiária à sociedade.

#### Nota 05: Execução orçamentária dos Restos a Pagar

Os restos a pagar não processados totalizaram o montante inscrito de R\$ 1.863.452,66, desse valor, foram pagos no exercício de 2022 o valor de R\$ 1.690.490,20, e o restante, não tiveram execução e portanto foram cancelados.

Não houve inscrição em Restos a Pagar Processados no exercício de 2021, em consequência, o quadro de restos a pagar processados não registrou movimento em 2022.

#### Nota 06: Cancelamento dos Restos a Pagar

Esta contabilidade setorial acompanhou a execução dos restos a pagar durante o exercício de 2022, através do Processo SEI nº 0064.068130/2022-19, e conforme Memorando nº 61/2022/SEPAT-COOAF Id (0030524329) aportou-se justificativa para os cancelamentos dos restos a pagar não processados que representaram 10,23% do montante inscrito.

Com base no detalhamento da conta contábil 6.3.1.9.99.00.00.00(cancelamento de restos a pagar não processados) e também processo Sei acima mencionado, segue abaixo um resumo dos motivos dos cancelamentos:

MOTIVOS DOS CANCELAMENTOS	
Descrição	Em R\$ 1,00
Cancelamento de saldo remanescente de empenhos em cumprimento ao Princípio da Anualidade	135.732,40
Cancelamento de saldo remanescente por falta de entregar de material/produto/serviço	37.230,00
<b>Total</b>	<b>172.962,46</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF e Processo SEI Nº 0064.068130/2022-19

#### Nota 07: Situação Orçamentária

Importante contextualizar, que há previsão legal no Art. 4º da Lei Complementar nº1.064/2020 para arrecadação de receitas próprias decorrentes da utilização dos serviços da Regularização Fundiária Urbana e Rural no Estado de Rondônia, porém essas receitas ainda não se concretizaram, registrando somente receitas de rendimentos de aplicação financeiras durante o exercício de 2022, que em confronto com as despesas orçamentárias, resultaram em déficit orçamentário na ordem de R\$ 2.070.308,37. Esse desequilíbrio ocorre porque o superávit financeiro de exercícios anteriores, quando utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser demonstrado como parte da receita

orçamentária no Balanço Orçamentário que integra o cálculo do resultado orçamentário. Essa situação também pode ser causada pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, caso em que esses créditos serão reabertos nos limites de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício financeiro em referência.

**DENISE DE OLIVEIRA RAMOS ANDRADE**

Analista Contábil/Setorial SEPAT/FRFUR

CRC nº RO-005658/O-0

**DAVID INÁCIO DOS SANTOS FILHO**

Superintendente Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT



Documento assinado eletronicamente por **DENISE DE OLIVEIRA RAMOS ANDRADE, Contador(a)**, em 09/03/2023, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **DAVID INACIO DOS SANTOS FILHO, Superintendente**, em 14/03/2023, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0035910080** e o código CRC **09EE5D07**.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT

**BALANÇO**

**ESTADO DE RONDÔNIA**

**BALANÇO FINANCEIRO - FUNDO ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA URBANA**

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

<b>INGRESSOS</b>	<b>Janeiro a Dezembro/2022</b>	<b>Janeiro a Dezembro/2021</b>
<b>Receita Orçamentária (I)</b>	<b>955.327,00</b>	<b>295.148,17</b>
<b>Ordinária</b>	-	-
<b>Vinculada</b>	<b>955.327,00</b>	<b>295.148,17</b>
Outras Vinculações de Recursos	955.327,00	295.148,17
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>	<b>127,08</b>	<b>116.674,55</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	-	-
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	127,08	116.674,55
Transferências Recebidas Aportes RPPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>	<b>1.916.053,77</b>	<b>1.902.179,23</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.659.714,84	1.863.452,66
Inscrição de Restos a Pagar Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	256.338,93	38.726,57
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	-	-
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-
<b>Saldo do Exercício Anterior (IV)</b>	<b>11.783.603,80</b>	<b>11.925.902,80</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	11.783.603,80	11.925.902,80
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>14.655.111,65</b>	<b>14.239.904,75</b>

DISPÊNDIOS	Janeiro a Dezembro/2022	Janeiro a Dezembro/2021
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>	<b>3.025.635,37</b>	<b>2.417.574,38</b>
<b>Ordinária</b>	-	-
<b>Vinculada</b>	<b>3.025.635,37</b>	<b>2.417.574,38</b>
Outras Vinculações de Recursos	3.025.635,37	2.417.574,38
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>	-	-
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	-	-
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	-	-
Transferências Concedidas Aportes RPPS	-	-
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>	<b>1.944.965,75</b>	<b>38.726,57</b>
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	1.690.490,20	-
Pagamento de Restos a Pagar Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	254.475,55	38.726,57
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	-	-
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Perdas de Investimentos Temporários	-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
<b>Saldo para o Exercício Seguinte (IX)</b>	<b>9.684.510,53</b>	<b>11.783.603,80</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	9.684.510,53	11.783.603,80
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>	<b>14.655.111,65</b>	<b>14.239.904,75</b>

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

Especificação	JANEIRO a DEZEMBRO/2022			JANEIRO a DEZEMBRO/2021		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
<b>Ordinária</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Vinculada</b>	<b>955.327,00</b>	-	<b>955.327,00</b>	<b>295.148,17</b>	-	<b>295.148,17</b>
Outras Vinculações de Recursos	955.327,00	-	955.327,00	295.148,17	-	295.148,17
<b>TOTAL</b>	<b>955.327,00</b>	-	<b>955.327,00</b>	<b>295.148,17</b>	-	<b>295.148,17</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

## NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO

### Nota 08: Conceito

O Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extras - orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Ressalta-se que tal demonstrativo não está contemplado na NBC TSP, sendo exigido e elaborado em conformidade com a Lei nº 4.320/1964.

### Nota 09: Composição da Receita Orçamentária

No exercício de 2022 as receitas orçamentárias totalizaram o valor de R\$ 955.327,00 referente aos rendimento de aplicações financeiras correspondente ao período de janeiro a dezembro de 2022, registradas como Remuneração de Depósitos Bancários.

### Nota 10: Transferências Financeiras Recebidas

Durante o exercício de 2022 registrou-se o recebimento de apenas uma transferência financeira no valor de R\$ 127,08 oriunda da SEPAT, referente ao saldo remanescente de rendimentos registrados na conta de Leilão que é administrada por esta Unidade Gestora.

### Nota 11: Recebimentos Extra orçamentários

Os recebimentos extra orçamentários totalizaram o montante de R\$ 1.916.053,77 e sua composição advêm da Inscrição de Restos a Pagar Não Processados no valor de R\$ 1.659.714,84 e Valores

Restituíveis/Vinculados representam o movimento a crédito da conta contábil 2.1.8.8.0.0.00.00 no valor de R\$ 256.338,93 referente aos pagamentos de entrada compensatória.

### Nota 12: Despesa Orçamentária

As Despesas Orçamentárias totalizaram o montante de R\$ 3.025.635,37, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Dispêndios Despesas Orçamentárias por programas	31/12/2022	31/12/2021	AH* 2022/2021	AV* 2022
2129- Promover a Regularização Fundiária	1.581.392,22	2.047.538,48	-29,48%	52,27%
1015- Realizar Pagamento de Profissionais Temporários	1.444.243,15	370.035,90	74,38%	47,73%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 3.025.635,37</b>	<b>R\$ 2.417.574,38</b>	<b>20,10%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Com a ajuda da análise horizontal, comparando os dispêndios de 2022 em relação à 2021, observa-se um aumento de 20,10%, destacando-se com relevância o programa 1015- Pagamentos de Profissionais temporários que contribuem significativamente com força de trabalho das atividades de regularização fundiária do Estado de Rondônia.

### Nota 13: Resultado Financeiro

O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício. Esse cálculo pode ser apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior, conforme demonstrado na tabela abaixo:

<b>Dispêndios</b>	<b>2022</b>
(+) Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	9.684.510,53
<b>Ingressos</b>	<b>2022</b>
(-) Saldo em espécie do Exercício Anterior	11.783.603,80
<b>=Resultado Financeiro</b>	<b>-2.099.093,27</b>

Fonte: Balanço Financeiro 2022 emitido pelo SIGEF

Observa-se resultado financeiro negativo na ordem de R\$ -2.099.093,27. No entanto, este resultado não se confunde com o superávit ou déficit financeiro apurado no Balanço Patrimonial. Da mesma forma, a variação negativa não significa um desempenho ruim, e nesse caso, ocorreu a redução do endividamento devido ao pagamento de restos a pagar não processados, reduzindo o saldo em caixa.

**DENISE DE OLIVEIRA RAMOS ANDRADE**

Analista Contábil/Setorial SEPAT/FRFUR

CRC nº RO-005658/O-0

**DAVID INÁCIO DOS SANTOS FILHO**

Superintendente Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT



Documento assinado eletronicamente por **DENISE DE OLIVEIRA RAMOS ANDRADE, Contador(a)**, em 09/03/2023, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **DAVID INACIO DOS SANTOS FILHO, Superintendente**, em 14/03/2023, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0035910083** e o código CRC **9453EA5B**.

---

**Referência:** Caso responda este(a) Balanço, indicar expressamente o Processo nº 0064.000579/2023-61

SEI nº 0035910083

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT

**BALANÇO**

**ESTADO DE RONDÔNIA**

**BALANÇO PATRIMONIAL - FUNDO ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA URBANA**  
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64  
Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.684.510,53	11.783.603,80
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	9.684.510,53	11.783.603,80
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	-	2.275,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	-	2.275,00
ESTOQUES	42.499,00	-
ALMOXARIFADO	42.499,00	-
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>9.727.009,53</b>	<b>11.785.878,80</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		
IMOBILIZADO	1.557.359,53	8.160,00
BENS MOVEIS	1.580.643,73	8.160,00
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	(23.284,20)	-
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.557.359,53</b>	<b>8.160,00</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>11.284.369,06</b>	<b>11.794.038,80</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2022	31/12/2021
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	18.239,54	-
PESSOAL A PAGAR	18.239,54	-
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	-	-
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-	-
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	-	-
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	-	-
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.863,38	-
VALORES RESTITUÍVEIS	1.863,38	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-	-
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>20.102,92</b>	-
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2022	31/12/2021
RESULTADOS ACUMULADOS	11.264.266,14	11.794.038,80
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	11.264.266,14	11.794.038,80
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>11.264.266,14</b>	<b>11.794.038,80</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>11.284.369,06</b>	<b>11.794.038,80</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVO</b>		
Ativo Financeiro	9.684.510,53	11.783.603,80
Ativo Permanente	1.599.858,53	10.435,00
<b>Total Ativo (I)</b>	<b>11.284.369,06</b>	<b>11.794.038,80</b>
<b>PASSIVO</b>		
Passivo Financeiro	1.661.578,22	1.863.452,66
Passivo Permanente	18.239,54	-
<b>Total Passivo (II)</b>	<b>1.679.817,76</b>	<b>1.863.452,66</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)</b>	<b>9.604.551,30</b>	<b>9.930.586,14</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
<b>ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	-	-
Direitos Contratuais em Execução	-	-
<b>TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
<b>TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2022	31/12/2021
14 Recursos de Alienação de Bens	130.848,49	119.185,04
58 Recursos Oriundos de Leis ou Acordos Anticorrupção	7.892.083,82	9.800.966,10
<b>TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS</b>	<b>8.022.932,31</b>	<b>9.920.151,14</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

## NOTA EXPLICATIVA DO BALANÇO PATRIMONIAL

### Nota 14: Conceito

Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, bem como os atos potenciais, registrados em contas de compensação.

Em atenção a Lei n.º 4.320/1964, em conjunto com as alterações proporcionadas pela Portaria STN n.º 438/2012, o Balanço Patrimonial é composto:

1. Quadro Principal;
2. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
3. Quadro das Contas de Compensação (controle); e
4. Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

### Nota 15: Ativo Circulante e Não Circulante

O Ativo Circulante no fim do exercício de 2022 perfaz o montante de R\$ 9.727.009,53, equivalente a 86,20% em relação ao ativo total, composto em sua maioria por caixa e equivalente de caixa.

O Ativo não Circulante no fim do exercício de 2022 perfaz o montante de R\$ 1.557.359,53, equivalente a 13,80% em relação ao ativo total, composto exclusivamente pelo Imobilizado.

### Nota 16: Caixa e Equivalente de Caixa

O FRFUR apresentou, em 31/12/2022, saldo de Caixa e Equivalente de caixa na importância de R\$ 9.684.510,53, conforme detalhamento por fonte:

Fonte + Conta Bancária		Saldo Financeiro Disponível
0214	Recursos De Alienação De Bens	130.848,49
	00102757X0000109282	130.848,49
0258	Recursos Oriundos De Leis Ou Acordos Anticorrupção	1.228.831,41
	00102757X0000105600	1.228.831,41
0658	Recursos Oriundos De Leis Ou Acordos Anticorrupção	8.324.830,63
	00102757X0000105600	8.324.830,63
<b>Total Consolidado</b>		<b>9.684.510,53</b>

### Nota 17: Estoques

Compreende o valor de bens de consumo adquiridos visando utilização própria no curso das atividades, segue descrição:

Material de Consumo: Conta Contábil 1.1.5.6.1.01.00.00		
Conta Corrente	Descrição	Saldo R\$ em 31/12/2022
33.90.30.28	Corda nº 18 bombeiro trançada 12mmx100m	42.499,00

A movimentação de entradas e saídas desses materiais são apuradas e controladas pelo Setor de Patrimônio e Almoxarifado e encaminhadas a esta contabilidade setorial mensalmente através do Processo SEI n.º 0064.068407/2022-11.

### Nota 18: Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescidos de reavaliação, deduzidos de depreciação acumulada e perda por dedução ao valor recuperável, quando aplicável, conforme Instrução Normativa n.º 005/2019/SEPAT-COCEN.

Esta Unidade Gestora possui 100% do seu ativo imobilizado composto por Bens Móveis dividido em:

DESCRIÇÃO DOS BENS MÓVEIS	Custo R\$	Depreciação R\$	Valor Líquido R\$
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	62.483,73	-	62.483,73
Móveis e utensílios	8.160,00	634,20	7.525,80
Veículos	1.510.000,00	22.650,00	1.487.350,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.580.643,73</b>	<b>23.284,20</b>	<b>1.557.359,53</b>

Fonte: Balancete 12/2022 SIGEF

Em 17 de outubro de 2022, foi nomeada a Comissão Permanente de Inventário e Desfazimento de Bens Móveis através da Portaria nº 163 Id (0034500209) que apresentou o Relatório de Inventário dos Bens Móveis nos autos do Processo SEI nº 0064.069485/2022-25.

### Nota 19: Depreciação, Exaustão, Amortização Acumulada

A depreciação é o declínio do potencial de geração de serviços por ativos de longa duração, ocasionada pelos seguintes fatores: Deterioração física, Desgastes com uso; e Obsolescência.

Em atenção ao que dispõe o Decreto n.º 22.067 de 29 de junho de 2017, que Institui o Sistema E-Estado como oficial de gestão de recursos humanos, patrimonial e material no âmbito dos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, e dá outras providências, tornando obrigatória a sua utilização, portanto os relatórios de movimentação dos bens e de depreciação são gerados por ele. O método adotado pelo Estado de Rondônia para os encargos de depreciação e amortização é das quotas constantes, utilizando-se, para a depreciação, a vida útil e valor residual definidos no Anexo Único da IN nº 05 SEPAT/GAB.

Esta Unidade Gestora encerrou o exercício de 2022 com o saldo de R\$ 23.284,20 na conta contábil 1.2.3.8.1.0.1.00.00 (-) Depreciação acumulada-bens móveis. Os registros contábeis são baseados nos relatórios mensais extraídos do E-Estado e conferidos pelo Setor de Patrimônio e Almoxarifado, sendo encaminhado mensalmente para esta contabilidade setorial através do Processo SEI n.º 0064.055339/2022-12, porém observa-se que alguns bens não estão sofrendo depreciação no sistema de

patrimônio, fato esse, que advêm de vários problemas e falhas que o sistema apresenta e para solucionar a situação a SEPAT adotou diversas medidas, como, por exemplo, a publicação da Portaria Conjunta SEPAT/COGES Nº 2, DE 16 DE agosto DE 2022, com a missão de demandar à Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação - SETIC quanto às customizações, às evoluções e às correções no sistema e-Estado, no que tange os módulos de almoxarifado e bens móveis.

Nesse sentido, a comissão designada vem promovendo diversos encontros e reuniões bem sucedidos, com foco na resolução da situação, conforme pode-se observar nos autos do Processo SEI nº 0064.068342/2022-04.

Outra medida importante, foi a Contratação da Empresa Casp Online representada pelo Professor Diogo Duarte, autor de diversos livros e referência em Patrimônio Público no nosso País, que está desempenhando um grande e excelente trabalho para evolução das normas e controle Patrimonial no Estado de Rondônia.

#### **Nota 20: Passivo Circulante**

Ao final do exercício de 2022 o passivo circulante apresentou um valor de R\$ 20.102,92, destaca-se desse valor, as obrigações trabalhistas representando 90,73% do total do Passivo Circulante

#### **Nota21: Demais obrigações a curto prazo**

Composto por valores restituíveis no valor de R\$ 1.863,38, que são consignações sobre a folha de pagamento dez/2022.

#### **Nota 22: Patrimônio Líquido**

Patrimônio Líquido é a diferença entre o ativo e o passivo da organização, ou seja, entre os bens e direitos que ela possui e suas obrigações. O total do Patrimônio Líquido apurado no balanço patrimonial no final do exercício de 2022, perfaz o montante de R\$ 11.264.369,06.

O Patrimônio Líquido compreende o valor residual dos ativos após deduzidos todos os passivos. Deve evidenciar, entre outros itens, o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores.

#### **Nota 23: Quadro de Superávit/Déficit Financeiro**

Considerando a Portaria Conjunta SEPOG/COGES nº 16 de janeiro de 2023, qual dispõe sobre a nova estrutura padronizada para a classificação por fonte ou destinação de recursos, apresentamos **quadro adicional** indicando os saldos com as novas codificações de fontes em 2023, refletindo os saldos apurados no quadro demonstrativo de superávit/déficit por fonte:

<b>Quadro Adicional Superávit/Déficit Financeiro demonstrando a transferência de saldo da fonte de recursos do exercício de 2022 para a fonte padronizada a partir do exercício de 2023</b>		
<b>Fontes de Recurso em 31/12/2022</b>	<b>Fontes de Recurso a partir de 01/01/2023</b>	<b>Valor R\$</b>
14- Recursos de Alienação de Bens	755- Recursos de Alienação de Bens/Ativos da Adm. Direta	130.848,49
58- Recursos oriundos da Lei ou Acordos Anti Corrupção	799- Outras vinculações legais	7.892.083,82
<b>TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS</b>		<b>8.022.932,31</b>

**DENISE DE OLIVEIRA RAMOS ANDRADE**  
Analista Contábil/Setorial SEPAT/FRFUR  
CRC n.º RO-005658/O-0

**DAVID INÁCIO DOS SANTOS FILHO**  
Superintendente Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT



Documento assinado eletronicamente por **DENISE DE OLIVEIRA RAMOS ANDRADE, Contador(a)**, em 09/03/2023, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **DAVID INACIO DOS SANTOS FILHO, Superintendente**, em 14/03/2023, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0035910085** e o código CRC **D918669B**.

---

Referência: Caso responda este(a) Balanço, indicar expressamente o Processo nº 0064.000579/2023-61

SEI nº 0035910085

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT

**DEMONSTRATIVO DE RESULTADO**

**ESTADO DE RONDÔNIA**

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - FUNDO ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA  
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64  
Período: Janeiro a Dezembro de 2022

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2022	Janeiro a Dezembro / 2021
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	955.327,00	295.148,17
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	955.327,00	295.148,17
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	127,08	116.674,55
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	127,08	116.674,55
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)</b>	<b>955.454,08</b>	<b>411.822,72</b>

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2022	Janeiro a Dezembro / 2021
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		
PESSOAL E ENCARGOS	989.501,47	344.895,10
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	836.256,67	298.259,60
ENCARGOS PATRONAIS	153.244,80	46.635,50
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	17.533,32	5.960,00
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	17.533,32	5.960,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	478.191,95	192.831,62
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	30.958,42	-
SERVIÇOS	423.949,33	192.831,62
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	23.284,20	-
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)</b>	<b>1.485.226,74</b>	<b>543.686,72</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)</b>	<b>(529.772,66)</b>	<b>(131.864,00)</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

**NOTAS EXPLICATIVAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

## Nota 24: Variações Patrimoniais Aumentativas

As Variações Patrimoniais Aumentativas totalizaram R\$ 955.454,08. A conta receita de remunerações de depósitos bancários representando 99,99% das variações.

## Nota 25: Variações Patrimoniais Diminutivas

As Variações Patrimoniais Diminutivas registraram, ao final do exercício de 2022, o montante de R\$ 1.485.226,74. Destacam-se as despesas de Pessoal e encargos no valor de R\$ 989.501,47, como, por exemplo, remuneração de servidores e benefícios representando 66,62% das variações diminutivas e o grupo de Uso de Bens, Serviços e Consumo de capital fixo no valor de R\$ 478.191,95, exemplificando, diárias, serviços de terceiros, depreciação, correspondendo a 32,20% das variações diminutivas totais.

## Nota 26: Resultado Patrimonial

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações efetivadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício, constituído dos grupos de contas, variações aumentativas e diminutivas, aumentando ou diminuindo a situação patrimonial líquida.

A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) conforme apresentado na tabela abaixo:

<b>Variações Patrimoniais Quantitativas</b>	<b>31/12/2022</b>
(+) Total da Variações Patrimoniais Aumentativas	955.327,00
(-) Total das Variações Patrimoniais Diminutivas	1.485.226,74
<b>=Resultado Financeiro</b>	<b>-529.899,74</b>

Fonte: Balancete 12/2022 SIGEF

Apurou-se um resultado patrimonial negativo de R\$ -529.899,74 que passa a compor o saldo de resultados acumulados no Balanço Patrimonial.

O resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

**DENISE DE OLIVEIRA RAMOS ANDRADE**

Analista Contábil/Setorial SEPAT/FRFUR

CRC nº RO-005658/O-0

**DAVID INÁCIO DOS SANTOS FILHO**

Superintendente Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT



Documento assinado eletronicamente por **DENISE DE OLIVEIRA RAMOS ANDRADE, Contador(a)**, em 09/03/2023, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **DAVID INACIO DOS SANTOS FILHO, Superintendente**, em 14/03/2023, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0035910088** e o código CRC **E6D1E396**.

---

**Referência:** Caso responda este(a) Demonstrativo de Resultado, indicar expressamente o Processo nº 0064.000579/2023-61

SEI nº 0035910088



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT

**DEMONSTRATIVO DE RESULTADO**

**ESTADO DE RONDÔNIA**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - FUNDO ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA URBANA**  
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64  
Período: Janeiro a Dezembro de 2022

	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
<b>RS</b>		
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Ingressos</b>	<b>1.211.793,01</b>	<b>450.549,29</b>
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	955.327,00	295.148,17
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências recebidas	127,08	116.674,55
Outros ingressos operacionais	256.338,93	38.726,57
<b>Desembolsos</b>	<b>1.738.402,55</b>	<b>584.688,29</b>
Pessoal e demais despesas	1.483.927,00	545.961,72
Juros e encargos da dívida	-	-
Transferências concedidas	-	-
Outros desembolsos operacionais	254.475,55	38.726,57
<b>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)</b>	<b>(526.609,54)</b>	<b>(134.139,00)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Ingressos</b>	-	-
Alienação de bens	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros ingressos de investimentos	-	-
<b>Desembolsos</b>	<b>1.572.483,73</b>	<b>8.160,00</b>
Aquisição de ativo não circulante	1.572.483,73	8.160,00
Concessão de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros desembolsos de investimentos	-	-
<b>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)</b>	<b>(1.572.483,73)</b>	<b>(8.160,00)</b>

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
<b>RS</b>		
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Ingressos</b>	-	-
Operações crédito	-	-
Integralização do capital social de empresas dependentes	-	-
Outros ingressos de financiamentos	-	-
<b>Desembolsos</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da dívida	-	-
Outros desembolsos de financiamentos	-	-
<b>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)</b>	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)</b>	<b>(2.099.093,27)</b>	<b>(142.299,00)</b>
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	11.783.603,80	11.925.902,80
Caixa e Equivalente de Caixa Final	9.684.510,53	11.783.603,80

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

R\$

	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
<b>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</b>		
Intergovernamentais	-	-
da União	-	-
de Estados e Distrito Federal	-	-
de Municípios	-	-
Intragovernamentais	127,08	116.674,55
Outras transferências recebidas	-	-
<b>Total das Transferências Recebidas</b>	<b>127,08</b>	<b>116.674,55</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</b>		
Intergovernamentais	-	-
a União	-	-
a Estados e Distrito Federal	-	-
a Municípios	-	-
a Consórcios Públicos	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras transferências concedidas	-	-
<b>Total das Transferências Concedidas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

R\$

	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
Legislativa	-	-
Judiciária	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	370.035,90
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	1.483.927,00	175.925,82
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
Reserva de Contingência	-	-
<b>TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO</b>	<b>1.483.927,00</b>	<b>545.961,72</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

R\$

	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Total dos Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Nota 27: Fluxo Operacional

As informações dos fluxos de caixa permitem aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Essas são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

Para fins de padronização optou-se pelo método direto como obrigatório para todos os entes da Federação. No método direto são informadas as principais classes de recebimentos e pagamentos brutos.

O montante dos fluxos de caixa líquidos decorrentes das atividades operacionais é um indicador chave da extensão na qual as operações da entidade são financiadas, também auxilia ao demonstrar a condição da entidade de manter sua capacidade operacional, amortizar empréstimos, pagar dividendos ou distribuições similares e fazer novos investimentos sem recorrer a fontes externas de financiamento.

- **Ingressos**

Os Ingressos das atividades operacionais registraram o montante de R\$ 1.211.793,01. Observando a tabela abaixo, é possível verificar que as remunerações das disponibilidades representaram 78,84% dos ingressos.

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Valor R\$	Análise Vertical(AV)%
<b>Ingressos</b>	<b>1.211.793,01</b>	<b>100%</b>
Remuneração das disponibilidades	955.327,00	78,84%
Transferências Recebidas	127,08	0,01%
Outros Ingressos Operacionais	256.338,93	21,15%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal-SIGEF

- **Desembolsos**

Os desembolsos das atividades operacionais totalizaram R\$ 1.738.402,55, destacando-se com maior relevância os gastos com pessoal e demais despesas no valor de R\$ 1.483.927,00 representando 85,36% do valor total dos desembolsos.

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Valor R\$	Análise Vertical(AV)%
<b>Desembolsos</b>	<b>1.738.402,55</b>	<b>100%</b>
Pessoal e demais despesas	1.483.927,00	85,36%
Outros desembolsos Operacionais	254.475,55	14,64%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal-SIGEF

O fluxo de caixa das atividades operacionais encerrou o exercício de 2022 com um resultado negativo de R\$ -526.609,54.

### **Nota 28: Fluxo de Investimento**

As atividades de investimento representam a extensão em que as saídas de caixa são realizadas com a finalidade de contribuir para a futura prestação de serviços pela entidade. Somente saídas de caixa que resultam em ativo reconhecido nas demonstrações contábeis são passíveis de classificação como atividades de investimento.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	Valor R\$	Análise Vertical(AV)%
<b>Desembolsos</b>	<b>1.572.483,73</b>	<b>100%</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	1.572.483,73	100%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal-SIGEF

No exercício de 2022, o fluxo das atividades de investimento apresentou saldo negativo R\$ -1.572.483,73, isso porque não houve ingressos no fluxo de investimento.

### **Nota 29: Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa**

A DFC apresentou resultado negativo de R\$ -2.099.093,27, devido aos desembolsos realizados nos fluxos operacionais e investimento. Em função da adoção do princípio da unidade de caixa, a geração líquida de Caixa e Equivalente de Caixa da Demonstração de Fluxo de Caixa-DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro-BF.

**DENISE DE OLIVEIRA RAMOS ANDRADE**  
 Analista Contábil/Setorial SEPAT/FRFUR  
 CRC nº RO-005658/O-0

**DAVID INÁCIO DOS SANTOS FILHO**  
Superintendente Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT



Documento assinado eletronicamente por **DENISE DE OLIVEIRA RAMOS ANDRADE, Contador(a)**, em 09/03/2023, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **DAVID INACIO DOS SANTOS FILHO, Superintendente**, em 14/03/2023, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0035910096** e o código CRC **88047AEE**.

**Referência:** Caso responda este(a) Demonstrativo de Resultado, indicar expressamente o Processo nº 0064.000579/2023-61

SEI nº 0035910096



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT

**DEMONSTRATIVO DE RESULTADO**

**ESTADO DE RONDÔNIA**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - FUNDO ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA  
URBANA  
Anexo 19 - Lei Federal Nº 4.320/64  
Exercício de 2022**

Valores em R\$

Mês Referência: Dezembro									
ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social / Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos Iniciais							11.794.038,80		11.794.038,80
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital							-	-	-
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício							-529.772,66		-529.772,66
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição / Reversão de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a distribuir (R\$ . . . por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos Finais							11.264.266,14		11.264.266,14

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) compõem o conjunto das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) que estão enumeradas na Lei Federal n.º 4.320/1964, assim como na Lei Complementar nº 101/2000 e na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Serviço Público 11 -NBC TSP 11. A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período. A alteração total no patrimônio líquido durante um período representa o valor total do resultado desse período, adicionado a outras receitas e despesas reconhecidas diretamente como alterações no patrimônio líquido (sem passar pelo resultado do período), com qualquer contribuição dos proprietários e deduzindo-se as distribuições para os proprietários agindo na sua capacidade de detentores do capital próprio da entidade.

**DENISE DE OLIVEIRA RAMOS ANDRADE**  
Analista Contábil/Setorial SEPAT/FRFUR  
CRC nº RO-005658/O-0

**DAVID INÁCIO DOS SANTOS FILHO**  
Superintendente Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT

---



Documento assinado eletronicamente por **DENISE DE OLIVEIRA RAMOS ANDRADE, Contador(a)**, em 09/03/2023, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **DAVID INACIO DOS SANTOS FILHO, Superintendente**, em 14/03/2023, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0035910102** e o código CRC **9741679C**.

---

**Referência:** Caso responda este(a) Demonstrativo de Resultado, indicar expressamente o Processo nº 0064.000579/2023-61

SEI nº 0035910102

rastreamento e monitoramento de veículos via GPRS.

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações informa que a empresavencedora do **Pregão Eletrônico 456/2022**, foi **TSM TECNOLOGIA E SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA, CNPJ: 01.992.757/0001-71**, com o valor de: **R\$ 42.792,00 para o item único**. Informações disponíveis gratuitamente no endereço eletrônico [www.supel.ro.gov.br](http://www.supel.ro.gov.br).

Porto Velho, RO 15 de março de 2023

**IZAURA TAUFMANN FERREIRA**  
Pregoeira da Equipe KAPPA/SUPEL  
Matricula: 300094012

Protocolo 0036579257

## **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE PATRIMÔNIO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - SEPAT**

### **BALANÇO**

#### **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS DO EXERCÍCIO DE 2022**

#### **FUNDO ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E RURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA-FRFUR**

##### **1- CONTEXTO GERAL**

O Fundo Especial de Regularização Fundiária Urbana e Rural do Estado de Rondônia - FRFUR, pessoa jurídica dotado de autonomia administrativa e financeira, com personalidade contábil e orçamento próprio, inscrito no CNPJ 18.677.407/0001-13, órgão da Administração Direta do Poder Executivo do Estado de Rondônia, tem por finalidade ser um instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a proporcionar suporte financeiro na implantação, na manutenção e no desenvolvimento de programas e ações dirigidos à Regularização Fundiária no Estado de Rondônia. Com sede na Av. Farquar, 2986, Bairro Pedrinhas, Edifício Rio Pacaás Novos, 4º andar, delineado com suas competências definidas na Lei Complementar nº 1.064, de 21 de agosto de 2020, vinculado e subordinado à Superintendência Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT.

Convém destacar que o Fundo Especial de Regularização Fundiária Urbana e Rural do Estado de Rondônia, não dispõe de estrutura física própria, utiliza os departamentos, coordenadorias, gerências e setores da Superintendência Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT.

As atividades operacionais durante o exercício de 2022 foram amparadas pela Lei Orçamentária Anual - LOA nº 5.246/2022 de 10 de janeiro de 2022 e o Decreto nº 26.832, de 14 de janeiro de 2022, que estabeleceu o cronograma de desembolso financeiro em contas mensais e bimestrais por Unidade Gestora.

##### **1.1- Declaração de Conformidade**

Declaro que os Demonstrativos Contábeis emitidos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal-SIGEF/RO (*Balanços: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido*), regida pela Lei Complementar Nº 4.320 de 1964, com as estruturas alteradas pela Portaria STN nº 438 de 12 de julho de 2012, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 11 relativos ao exercício de 2022, representam fidedignamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial deste Fundo Especial de Regularização Fundiária Urbana e Rural do Estado de Rondônia- FRFUR.

Local: Porto Velho - RO

Data: 06/03/2023

Contador Responsável: Denise de Oliveira Ramos Andrade

CRC nº RO-005658/O-0

Matrícula: 300148220

##### **RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS**

##### **2- BASE DE ELABORAÇÃO**

As Demonstrações Contábeis referente ao exercício de 2022, foram elaboradas em consonância com Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição, Parte V- Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, Lei Complementar Federal nº 101/2000 e também, de acordo com os dispositivos instituídos pela Autoridade Contábil do Estado de Rondônia -

Contabilidade Geral do Estado de Rondônia- COGES, nos termos da Lei Complementar nº 1.109, de 12 de novembro de 2021, sendo composta por:

- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); e
- Demonstração dos Fluxos de Caixa,
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; e
- Notas Explicativas.

Através da Portaria nº 14 de 20 de janeiro de 2023 foi aprovado a 6ª Edição dos MANUAIS DE CONFERÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS- MCD/COGES-RO, disponibilizados através do site <http://www.contabilidade.ro.gov.br/manuais>, com o objetivo de oferecer aos profissionais de contabilidade pública, e agentes responsáveis pelo patrimônio público, um roteiro normatizado de análise, verificação, certificação das demonstrações contábeis e emissão de notas explicativas que devem ser adotadas pelos Poderes e Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado de Rondônia. Sendo este roteiro, base para análise e emissão dos demonstrativos através do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO.

As Demonstrações contábeis consolidam as informações desta Entidade e tem por finalidade fornecer aos seus usuários informações sobre os resultados alcançados e a situação econômico-financeira da entidade, no aspecto patrimonial, desempenho financeiro e seus fluxos de caixa, no exercício financeiro de 2022, em apoio ao processo de tomada de decisão à adequada prestação de contas, à transparência da gestão fiscal e a instrumentalização do controle social.

É importante frisar que a Portaria 542/GAB/SEFIN, publicada no DEO N.171 de 12.09.2017, em atendimento à Portaria nº 548/2015 da Secretaria do Tesouro Nacional, estabeleceu as novas regras de contabilidade aplicada ao Setor Público a serem implementadas no âmbito do Estado de Rondônia, cuja o Cronograma de procedimentos contábeis patrimoniais estão sendo executados, e os procedimentos com prazos estendidos estão sendo desenvolvidos por diversos grupos de trabalho, conforme cronograma estabelecido pela própria portaria.

## 2.1-Base de Mensuração

**Moeda:** A moeda funcional no Brasil é o Real. Os saldos em moeda estrangeira, quando necessário, são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

**Disponibilidades:** São mensuradas pelo seu valor original, em real, uma vez feita a conversão para moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira. As aplicações financeiras de liquidez imediata, são mensuradas ou avaliadas pelo valor original até a data do Balanço Patrimonial.

**Caixa e equivalente de caixa:** Incluem os numerários em espécie, depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de alta liquidez.

**Créditos a Curto Prazo:** compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente à créditos não tributários, dívida ativa, transferências concedidas, empréstimos e financiamentos concedidos, adiantamentos e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

**Estoques:** Conforme Inciso III do Art. 106 da Lei 4.320/1964 os estoques deverão ser mensurados pelo custo médio ponderado. Há possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao de mercado.

**Imobilizado:** O ativo imobilizado é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, sendo atualizado por ajustes de Depreciação e Amortização conforme característica do bem. Tratando-se de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação. No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, são registrados pelo valor de aquisição e atualizados por ajustes de reavaliação.

**Retenções** - O Estado adota a política contábil considerando a Retenção como paga apenas na baixa da obrigação.

**Passivos Circulantes e Não Circulantes:** As obrigações da Supervisão evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar, obrigações fiscais, obrigações de repartições a outros entes, provisões e demais obrigações.

**Provisões:** Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperem que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto. As provisões registradas no FRFUR, correspondem à provisões trabalhistas, como exemplo: provisões de 13º salário e férias.

**Resultado Patrimonial:** A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

**Resultado Orçamentário:** Seguindo o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, o regime orçamentário aplicado à contabilidade pública é o misto, observa que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas (regime de caixa) e as despesas nele legalmente empenhadas (regime de competência). O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas.

**O Superávit/Déficit** é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas, enquanto o superávit é apresentado junto às despesas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário. As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita apresentam os valores correspondentes às receitas próprias ou decorrentes de Recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA.

**Resultado Financeiro** - O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários extras orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado pelo Balanço Patrimonial. É possível também verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e classifica-as em fluxos operacional, investimento e financiamento. A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizados para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

**Análise Vertical(AV):** é uma técnica que tem por objetivo mostrar o valor em percentual do quanto uma conta ou grupo de contas influenciam no sobre o mesmo demonstrativo.

**Análise Horizontal(AH):** Tem por finalidade destacar a evolução em percentual de uma conta ou grupo de contas de um exercício para outro.

### 3-ENVIO DOS BALANCETES MENSASIS

Remessas mensais via Sistema Integrados de Gestão e Auditoria Pública - SIGAP: Em atenção ao o art. nº 53 da Constituição do Estado de Rondônia quedi dispõe sobre a apresentação, pelos órgãos da Administração Direta e Indireta, de balancetes mensais à Corte de Contas Estadual; Considerando a Instrução Normativa nº72/TCER/2020 que dispõe sobre a remessa eletrônica mensal de informações ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia de informações e documentos por parte das Administrações Públicas Municipais e Estaduais do Estado de Rondônia; Considerando a edição da Resolução nº 328/2020/TCE-RO que regulamenta a Instrução Normativa nº. 72/2020/TCE-RO para o exercício de 2021; Considerando o Decreto nº 26.020 de 19 de abril de 2021 que disciplina a remessa eletrônica mensal de informações, instituída pela Instrução Normativa nº 72/TCER/2020, de 19 de outubro de 2020, e regulamentada pela Resolução nº 328/2020/TCE-RO, de 06 de novembro de 2020.

Informamos que os recibos de entrega de remessa mensal, transmitido pela Controladoria Geral do Estado, conforme § 5º, art. 6º do Decreto nº 26.020 de 19 de Abril de 2021, no Sistema Integrados de Gestão e Auditoria Pública - SIGAP, dos módulos: Contábil, Pessoal, Orçamentário, Obras e Contratos, referente ao exercício de 2022 da Administração Direta do Estado de Rondônia, encontram-se no Processo SEI nº 0088.067634/2022-43.

**ESTADO DE RONDÔNIA**

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FUNDO ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA URBANA**  
**Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64**  
**Período: Janeiro a Dezembro de 2022**

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	543.510,00	543.510,00	955.327,00	411.817,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	500.000,00	500.000,00	-	(500.000,00)
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	43.510,00	43.510,00	955.327,00	911.817,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	150.000,00	150.000,00	-	(150.000,00)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	150.000,00	150.000,00	-	(150.000,00)
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	693.510,00	693.510,00	955.327,00	261.817,00
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)</b>	-	-	-	-
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS</b>	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS</b>	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	693.510,00	693.510,00	955.327,00	261.817,00
<b>DEFICIT (VI)</b>	-	-	2.070.308,37	-
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	693.510,00	693.510,00	3.025.635,37	261.817,00

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	9.920.151,14	3.018.038,47	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superavit Financeiro	-	9.920.151,14	3.018.038,47	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	543.510,00	9.851.406,36	2.258.518,96	1.365.920,53	1.365.920,53	7.592.887,40
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.046,00	3.017.191,47	1.364.952,13	987.952,13	987.952,13	1.652.239,34
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	510.464,00	6.834.214,89	893.566,83	377.968,40	377.968,40	5.940.648,06
<b>DESPESAS DE CAPITAL (IX)</b>	150.000,00	1.259.185,04	767.116,41	-	-	492.068,63
INVESTIMENTOS	150.000,00	1.259.185,04	767.116,41	-	-	492.068,63
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)</b>	693.510,00	11.110.591,40	3.025.635,37	1.365.920,53	1.365.920,53	8.084.956,03
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)</b>	-	-	-	-	-	-
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)</b>	693.510,00	11.110.591,40	3.025.635,37	1.365.920,53	1.365.920,53	8.084.956,03
<b>SUPERAVIT (XIV)</b>	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (XV) = (XIII + XIV)</b>	693.510,00	11.110.591,40	3.025.635,37	1.365.920,53	1.365.920,53	8.084.956,03
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

**EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO A PAGAR (f) = (a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (b)				
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	253.738,93	118.006,47	118.006,47	135.732,46	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	253.738,93	118.006,47	118.006,47	135.732,46	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	1.609.713,73	1.572.483,73	1.572.483,73	37.230,00	-
INVESTIMENTOS	-	1.609.713,73	1.572.483,73	1.572.483,73	37.230,00	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	1.863.452,66	1.690.490,20	1.690.490,20	172.962,46	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

## EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

R\$

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO A PAGAR (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (b)			
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	-	-	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

## NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

**Nota 01: Conceito**

O Balanço Orçamentário, Anexo 12 da Lei federal nº 4.320 de março de 1964, tem por finalidade evidenciar o confronto entre a estimativa das receitas e despesas com a execução, demonstrando o resultado orçamentário (superávit ou déficit orçamentário)

Demonstrará também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, liquidadas, pagas e o saldo da dotação.

Em observância ao MCDC Lei 4.320/64 NBC TSP 11, NBC TSP 13, o Balanço Orçamentário é composto:

1. Quadro Principal;
2. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
3. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

**Nota 02: Orçamento e suas alterações**

A Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada pela Lei nº 5.246 de 10 de janeiro de 2022, estima a receita e fixa a despesa do Estado de Rondônia para o exercício financeiro de 2022, ficando estabelecido orçamento inicial de R\$ 693.510,00 para o FRFUR.

Durante a execução da Lei Orçamentária, ocorreram diversos fatores que influenciaram diretamente a alteração do orçamento previsto inicialmente, destaca-se com relevância a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro, no valor de R\$ 9.770.151,14, conforme Decreto nº 27.090 de 22 de abril de 2022. Essas alterações podem ser visualizadas na tabela a seguir:

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS 01/ 01/2022 a 31/12/2022				Em 1,00
Categoria Econômica	GRUPO DE DESPESAS	Dotação Inicial	Dotação Alterada	Dotação Atualização
03- Despesas Correntes	1-Pessoal e Encargos Sociais	33.046,00	2.984.145,47	3.017.191,47
	3- Outras Despesas Correntes	510.464,00	6.323.750,89	6.834.214,89
04- Despesas de Capital	4- Investimentos	150.000,00	1.109.185,04	1.259.185,04
<b>TOTAL</b>		<b>693.510,00</b>	<b>10.417.081,40</b>	<b>11.110.591,40</b>

**Nota 03: Receitas Orçamentárias**

No exercício de 2022 as receitas realizadas totalizaram o valor de R\$ 955.327,00 referente a remuneração de aplicações financeiras baseado nos recursos financeiros disponíveis ainda não utilizados.

**Nota 04: Despesas Orçamentárias**

A despesa pública corresponde ao compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder Legislativo, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade, prevista/fixada no orçamento. O valor total das despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 3.025.635,37 conforme tabela abaixo:

GRUPO DESPESA	2022		2021		AH -2022/2021 (DESP. EMP 2022 X 2021)	AV-2022 (EMP)/(DOT)
	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	%	%
1 – Pessoal e Encargos Sociais	3.017.191,47	1.364.952,13	484.600,25	370.035,90	72,89%	45,24%
2 – Juros e Encargos da Dívida			-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	6.934.214,89	893.566,83	9.779.672,55	429.664,75	51,92%	12,88%
<b>Subtotal Despesas Correntes</b>	<b>9.951.406,36</b>	<b>2.258.518,96</b>	<b>10.264.272,80</b>	<b>799.700,65</b>	<b>72,18%</b>	<b>22,70%</b>
4 – Investimentos	1.259.185,04	767.116,41	1.802.174,55	1.617.873,73	-110,90%	60,92%
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal Despesa de Capital</b>	<b>1.259.185,04</b>	<b>767.116,41</b>	<b>1.802.174,55</b>	<b>1.617.873,73</b>	<b>-110,90%</b>	<b>60,92%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>11.210.591,40</b>	<b>3.025.635,37</b>	<b>12.066.447,35</b>	<b>2.417.574,38</b>	<b>20,10%</b>	<b>26,99%</b>

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Considerando a análise horizontal, comparando 2022 x 2021, observa-se um crescimento na rubrica Pessoal e Encargos de 72,89%. Essa variação é devido ao aumento considerável da força de trabalho nas atividades finalísticas, com a contratação de servidores emergenciais, através do Processo Seletivo/Edital nº163/2022, detalhado nos autos do Processo SEI nº 0064.239745/2021-08.

Sob a ótica da análise vertical, confrontando as despesas de capital empenhadas x dotação atualizada do exercício de 2022, verifica-se a efetivação de 60,92% do orçamento, sendo direcionado para aquisição de ativo imobilizado, como por exemplo, monitores, computadores e mobiliário, fortalecendo a capacidade e celeridade na entrega dos serviços técnicos de regularização fundiária à sociedade.

#### Nota 05: Execução orçamentária dos Restos a Pagar

Os restos a pagar não processados totalizaram o montante inscrito de R\$ 1.863.452,66, desse valor, foram pagos no exercício de 2022 o valor de R\$ 1.690.490,20, e o restante, não tiveram execução e portanto foram cancelados.

Não houve inscrição em Restos a Pagar Processados no exercício de 2021, em consequência, o quadro de restos a pagar processados não registrou movimento em 2022.

#### Nota 06: Cancelamento dos Restos a Pagar

Esta contabilidade setorial acompanhou a execução dos restos a pagar durante o exercício de 2022, através do Processo SEI nº 0064.068130/2022-19, e conforme Memorando nº 61/2022/SEPAT-COOAF Id (0030524329) aportou-se justificativa para os cancelamentos dos restos a pagar não processados que representaram 10,23% do montante inscrito.

Com base no detalhamento da conta contábil 6.3.1.9.99.00.00.00(cancelamento de restos a pagar não processados) e também processo Sei acima mencionado, segue abaixo um resumo dos motivos dos cancelamentos:

MOTIVOS DOS CANCELAMENTOS	
Descrição	Em R\$ 1,00
Cancelamento de saldo remanescente de empenhos em cumprimento ao Princípio da Anualidade	135.732,40
Cancelamento de saldo remanescente por falta de entregar de material/ produto/serviço	<b>37.230,00</b>
<b>Total</b>	<b>172.962,46</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF e Processo SEI Nº 0064.068130/2022-19

#### Nota 07: Situação Orçamentária

Importante contextualizar, que há previsão legal no Art. 4º da Lei Complementar nº1.064/2020 para arrecadação de receitas próprias decorrentes da utilização dos serviços da Regularização Fundiária Urbana e Rural no Estado de Rondônia, porém essas receitas ainda não se concretizaram, registrando somente receitas de rendimentos de aplicação financeiras durante o exercício de 2022, que em confronto com as despesas orçamentárias, resultaram em déficit orçamentário na ordem de R\$ 2.070.308,37. Esse desequilíbrio ocorre porque o superávit financeiro de exercícios anteriores, quando utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser demonstrado como parte da receita orçamentária no Balanço Orçamentário que integra o cálculo do resultado orçamentário. Essa situação também pode ser causada pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, caso em que esses créditos serão reabertos nos limites de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício financeiro em referência.

**ESTADO DE RONDÔNIA**

**BALANÇO FINANCEIRO - FUNDO ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA URBANA**

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64  
Período: Janeiro a Dezembro de 2022

INGRESSOS	Janeiro a Dezembro/2022	Janeiro a Dezembro/2021
<b>Receita Orçamentária (I)</b>	<b>955.327,00</b>	<b>295.148,17</b>
<b>Ordinária</b>	-	-
<b>Vinculada</b>	<b>955.327,00</b>	<b>295.148,17</b>
Outras Vinculações de Recursos	955.327,00	295.148,17
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>	<b>127,08</b>	<b>116.674,55</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	-	-
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	127,08	116.674,55
Transferências Recebidas Aportes RPPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>	<b>1.916.053,77</b>	<b>1.902.179,23</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.659.714,84	1.863.452,66
Inscrição de Restos a Pagar Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	256.338,93	38.726,57
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	-	-
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-
<b>Saldo do Exercício Anterior (IV)</b>	<b>11.783.603,80</b>	<b>11.925.902,80</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	11.783.603,80	11.925.902,80
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>14.655.111,65</b>	<b>14.239.904,75</b>

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

DISPÊNDIOS	Janeiro a Dezembro/2022	Janeiro a Dezembro/2021
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>	<b>3.025.635,37</b>	<b>2.417.574,38</b>
<b>Ordinária</b>	-	-
<b>Vinculada</b>	<b>3.025.635,37</b>	<b>2.417.574,38</b>
Outras Vinculações de Recursos	3.025.635,37	2.417.574,38
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>	-	-
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	-	-
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	-	-
Transferências Concedidas Aportes RPPS	-	-
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>	<b>1.944.965,75</b>	<b>38.726,57</b>
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	1.690.490,20	-
Pagamento de Restos a Pagar Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	254.475,55	38.726,57
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	-	-
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Perdas de Investimentos Temporários	-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
<b>Saldo para o Exercício Seguinte (IX)</b>	<b>9.684.510,53</b>	<b>11.783.603,80</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	9.684.510,53	11.783.603,80
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>	<b>14.655.111,65</b>	<b>14.239.904,75</b>

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

Especificação	JANEIRO a DEZEMBRO/2022			JANEIRO a DEZEMBRO/2021		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
<b>Ordinária</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Vinculada</b>	<b>955.327,00</b>	-	<b>955.327,00</b>	<b>295.148,17</b>	-	<b>295.148,17</b>
Outras Vinculações de Recursos	955.327,00	-	955.327,00	295.148,17	-	295.148,17
<b>TOTAL</b>	<b>955.327,00</b>	-	<b>955.327,00</b>	<b>295.148,17</b>	-	<b>295.148,17</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

**NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO**

**Nota 08: Conceito**

O Balanço Financeiro - BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extras - orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Ressalta-se que tal demonstrativo não está contemplado na NBC TSP, sendo exigido e elaborado em conformidade com a Lei nº 4.320/1964.

**Nota 09: Composição da Receita Orçamentária**

No exercício de 2022 as receitas orçamentárias totalizaram o valor de R\$ 955.327,00 referente aos rendimento de aplicações financeiras correspondente ao período de janeiro a dezembro de 2022, registradas como Remuneração de Depósitos

Bancários.

#### Nota 10: Transferências Financeiras Recebidas

Durante o exercício de 2022 registrou-se o recebimento de apenas uma transferência financeira no valor de R\$ 127,08 oriunda da SEPAT, referente ao saldo remanescente de rendimentos registrados na conta de Leilão que é administrada por esta Unidade Gestora.

#### Nota 11: Recebimentos Extra orçamentários

Os recebimentos extra orçamentários totalizaram o montante de R\$ 1.916.053,77 e sua composição advém da Inscrição de Restos a Pagar Não Processados no valor de R\$ 1.659.714,84 e Valores Restituíveis/Vinculados representam o movimento a crédito da conta contábil 2.1.8.8.0.0.00.00 no valor de R\$ 256.338,93 referente aos pagamentos de entrada compensatória.

#### Nota 12: Despesa Orçamentária

As Despesas Orçamentárias totalizaram o montante de R\$ 3.025.635,37, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Dispêndios Despesas Orçamentárias por programas	31/12/2022	31/12/2021	AH* 2022/2021	AV* 2022
2129- Promover a Regularização Fundiária	1.581.392,22	2.047.538,48	-29,48%	52,27%
1015- Realizar Pagamento de Profissionais Temporários	1.444.243,15	370.035,90	74,38%	47,73%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 3.025.635,37</b>	<b>R\$ 2.417.574,38</b>	<b>20,10%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Com a ajuda da análise horizontal, comparando os dispêndios de 2022 em relação à 2021, observa-se um aumento de 20,10%, destacando-se com relevância o programa 1015- Pagamentos de Profissionais temporários que contribuem significativamente com força de trabalho das atividades de regularização fundiária do Estado de Rondônia.

#### Nota 13: Resultado Financeiro

O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício. Esse cálculo pode ser apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Dispêndios	2022
(+) Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	9.684.510,53
Ingressos	2022
(-) Saldo em espécie do Exercício Anterior	11.783.603,80
<b>=Resultado Financeiro</b>	<b>-2.099.093,27</b>

Fonte: Balanço Financeiro 2022 emitido pelo SIGEF

Observa-se resultado financeiro negativo na ordem de R\$ -2.099.093,27. No entanto, este resultado não se confunde com o superávit ou déficit financeiro apurado no Balanço Patrimonial. Da mesma forma, a variação negativa não significa um desempenho ruim, e nesse caso, ocorreu a redução do endividamento devido ao pagamento de restos a pagar não processados, reduzindo o saldo em caixa.

## ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - FUNDO ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA  
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64  
Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.684.510,53	11.783.603,80
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	9.684.510,53	11.783.603,80
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	-	2.275,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	-	2.275,00
ESTOQUES	42.499,00	-
ALMOXARIFADO	42.499,00	-
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>9.727.009,53</b>	<b>11.785.878,80</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		
IMOBILIZADO	1.557.359,53	8.160,00
BENS MOVEIS	1.580.643,73	8.160,00
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	(23.284,20)	-
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.557.359,53</b>	<b>8.160,00</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>11.284.369,06</b>	<b>11.794.038,80</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2022	31/12/2021
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	18.239,54	-
PESSOAL A PAGAR	18.239,54	-
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	-	-
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-	-
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	-	-
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	-	-
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.863,38	-
VALORES RESTITUIVEIS	1.863,38	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-	-
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>20.102,92</b>	<b>-</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2022	31/12/2021
RESULTADOS ACUMULADOS	11.264.266,14	11.794.038,80
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	11.264.266,14	11.794.038,80
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>11.264.266,14</b>	<b>11.794.038,80</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>11.284.369,06</b>	<b>11.794.038,80</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES	31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVO</b>		
Ativo Financeiro	9.684.510,53	11.783.603,80
Ativo Permanente	1.599.858,53	10.435,00
<b>Total Ativo (I)</b>	<b>11.284.369,06</b>	<b>11.794.038,80</b>
<b>PASSIVO</b>		
Passivo Financeiro	1.661.578,22	1.863.452,66
Passivo Permanente	18.239,54	-
<b>Total Passivo (II)</b>	<b>1.679.817,76</b>	<b>1.863.452,66</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)</b>	<b>9.604.551,30</b>	<b>9.930.586,14</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
<b>ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	-	-
Direitos Contratuais em Execução	-	-
<b>TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
<b>TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO	31/12/2022	31/12/2021
<b>FONTES DE RECURSO</b>		
14 Recursos de Alienação de Bens	130.848,49	119.185,04
58 Recursos oriundos de Leis ou Acordos Anticorrupção	7.892.083,82	9.800.966,10
<b>TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS</b>	<b>8.022.932,31</b>	<b>9.920.151,14</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

## NOTA EXPLICATIVA DO BALANÇO PATRIMONIAL

## Nota 14: Conceito

Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, bem como os atos potenciais, registrados em contas de compensação.

Em atenção a Lei n.º 4.320/1964, em conjunto com as alterações proporcionadas pela Portaria STN n.º 438/2012, o Balanço Patrimonial é composto:

1. Quadro Principal;

2. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
3. Quadro das Contas de Compensação (controle); e
4. Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

**Nota 15: Ativo Circulante e Não Circulante**

O Ativo Circulante no fim do exercício de 2022 perfaz o montante de R\$ 9.727.009,53 equivalente a 86,20% em relação ao ativo total, composto em sua maioria por caixa e equivalente de caixa.

O Ativo não Circulante no fim do exercício de 2022 perfaz o montante de R\$ 1.557.359,53 equivalente a 13,80% em relação ao ativo total, composto exclusivamente pelo Imobilizado.

**Nota 16: Caixa e Equivalente de Caixa**

O FRFUR apresentou, em 31/12/2022, saldo de Caixa e Equivalente de caixa na importância de R\$ 9.684.510,53, conforme detalhamento por fonte:

Fonte + Conta Bancária		Saldo Financeiro Disponível
0214	Recursos De Alienação De Bens	130.848,49
00102757X0000109282		130.848,49
0258	Recursos Oriundos De Leis Ou Acordos Anticorrupção	1.228.831,41
00102757X0000105600		1.228.831,41
0658	Recursos Oriundos De Leis Ou Acordos Anticorrupção	8.324.830,63
00102757X0000105600		8.324.830,63
<b>Total Consolidado</b>		<b>9.684.510,53</b>

**Nota 17: Estoques**

Compreende o valor de bens de consumo adquiridos visando utilização própria no curso das atividades, segue descrição:

Material de Consumo: Conta Contábil 1.1.5.6.1.01.00.00		
Conta Corrente	Descrição	Saldo R\$ em 31/12/2022
33.90.30.28	Corda nº 18 bombeiro trançada 12mmx100m	42.499,00

A movimentação de entradas e saídas desses materiais são apuradas e controladas pelo Setor de Patrimônio e Almoxarifado e encaminhadas a esta contabilidade setorial mensalmente através do Processo SEI n.º 0064.068407/2022-11.

**Nota 18: Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescidos de reavaliação, deduzidos de depreciação acumulada e perda por dedução ao valor recuperável, quando aplicável, conforme Instrução Normativa n.º 005/2019/SEPAT-COCEN.

Esta Unidade Gestora possui 100% do seu ativo imobilizado composto por Bens Móveis dividido em:

DESCRIÇÃO DOS BENS MÓVEIS	Custo R\$	Depreciação R\$	Valor Líquido R\$
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	62.483,73	-	62.483,73
Móveis e utensílios	8.160,00	634,20	7.525,80
Veículos	1.510.000,00	22.650,00	1.487.350,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.580.643,73</b>	<b>23.284,20</b>	<b>1.557.359,53</b>

Fonte: Balancete 12/2022 SIGEF

Em 17 de outubro de 2022, foi nomeada a Comissão Permanente de Inventário e Desfazimento de Bens Móveis através da Portaria nº 163 Id (0034500209) que apresentou o Relatório de Inventário dos Bens Móveis nos autos do Processo SEI nº 0064.069485/2022-25.

**Nota 19: Depreciação, Exaustão, Amortização Acumulada**

A depreciação é o declínio do potencial de geração de serviços por ativos de longa duração, ocasionada pelos seguintes fatores: Deterioração física, Desgastes com uso; e Obsolescência.

Em atenção ao que dispõe o Decreto nº 22.067 de 29 de junho de 2017, que Institui o Sistema E-Estado como oficial de gestão de recursos humanos, patrimonial e material no âmbito dos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, e dá outras providências, tornando obrigatória a sua utilização, portanto os relatórios de movimentação dos bens e de depreciação são gerados por ele. O método adotado pelo Estado de Rondônia para os encargos de depreciação e amortização é das quotas constantes, utilizando-se, para a depreciação, a vida útil e valor residual definidos no Anexo Único da IN nº 05 SEPAT/GAB.

Esta Unidade Gestora encerrou o exercício de 2022 com o saldo de R\$ 23.284,20 na conta contábil 1.2.3.8.1.0.1.00.00 (-) Depreciação acumulada-bens móveis. Os registros contábeis são baseados nos relatórios mensais extraídos do E-Estado e conferidos pelo Setor de Patrimônio e Almoxarifado, sendo encaminhado mensalmente para esta contabilidade setorial através do Processo SEI n.º 0064.055339/2022-12, porém observa-se que alguns bens não estão sofrendo depreciação no sistema de

patrimônio, fato esse, que advêm de vários problemas e falhas que o sistema apresenta e para solucionar a situação a SEPAT adotou diversas medidas, como, por exemplo, a publicação da Portaria Conjunta SEPAT/COGES Nº 2, DE 16 DE agosto DE 2022, com a missão de demandar à Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação - SETIC quanto às customizações, às evoluções e às correções no sistema e-Estado, no que tange os módulos de almoxarifado e bens móveis.

Nesse sentido, a comissão designada vem promovendo diversos encontros e reuniões bem sucedidos, com foco na resolução da situação, conforme pode-se observar nos autos do Processo SEI nº 0064.068342/2022-04.

Outra medida importante, foi a Contratação da Empresa Casp Online representada pelo Professor Diogo Duarte, autor de diversos livros e referência em Patrimônio Público no nosso País, que está desempenhando um grande e excelente trabalho para evolução das normas e controle Patrimonial no Estado de Rondônia.

#### Nota 20: Passivo Circulante

Ao final do exercício de 2022 o passivo circulante apresentou um valor de R\$ 20.102,92, destaca-se desse valor, as obrigações trabalhistas representando 90,73% do total do Passivo Circulante

#### Nota21: Demais obrigações a curto prazo

Composto por valores restituíveis no valor de R\$ 1.863,38, que são consignações sobre a folha de pagamento dez/2022.

#### Nota 22: Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido é a diferença entre o ativo e o passivo da organização, ou seja, entre os bens e direitos que ela possui e suas obrigações. O total do Patrimônio Líquido apurado no balanço patrimonial no final do exercício de 2022, perfaz o montante de R\$ 11.264.369,06.

O Patrimônio Líquido compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Deve evidenciar, entre outros itens, o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores.

#### Nota 23: Quadro de Superávit/Déficit Financeiro

Considerando a Portaria Conjunta SEPOG/COGES nº 16 de janeiro de 2023, qual dispõe sobre a nova estrutura padronizada para a classificação por fonte ou destinação de recursos, apresentamos **quadro adicional** indicando os saldos com as novas codificações de fontes em 2023, refletindo os saldos apurado no quadro demonstrativo de superávit/déficit por fonte:

Quadro Adicional Superávit/Déficit Financeiro demonstrando a transferência de saldo da fonte de recursos do exercício de 2022 para a fonte padronizada a partir do exercício de 2023		
Fontes de Recurso em 31/12/2022	Fontes de Recurso a partir de 01/01/2023	Valor R\$
14- Recursos de Alienação de Bens	755- Recursos de Alienação de Bens/Ativos da Adm. Direta	130.848,49
58- Recursos oriundos da Lei ou Acordos Anti Corrupção	799- Outras vinculações legais	7.892.083,82
<b>TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS</b>		<b>8.022.932,31</b>

### ESTADO DE RONDÔNIA

#### DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - FUNDO ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA URBANA Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64 Período: Janeiro a Dezembro de 2022

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2022	Janeiro a Dezembro / 2021
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	955.327,00	295.148,17
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	955.327,00	295.148,17
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	127,08	116.674,55
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	127,08	116.674,55
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)</b>	<b>955.454,08</b>	<b>411.822,72</b>

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			R\$
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2022	Janeiro a Dezembro / 2021	
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>			
PESSOAL E ENCARGOS	989.501,47	344.895,10	
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	836.256,67	298.259,60	
ENCARGOS PATRONAIS	153.244,80	46.635,50	
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	17.533,32	5.960,00	
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	17.533,32	5.960,00	
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	478.191,95	192.831,62	
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	30.958,42	-	
SERVIÇOS	423.949,33	192.831,62	
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	23.284,20	-	
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)</b>	<b>1.485.226,74</b>	<b>543.686,72</b>	
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)</b>	<b>(529.772,66)</b>	<b>(131.864,00)</b>	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

## NOTAS EXPLICATIVAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

### Nota 24: Variações Patrimoniais Aumentativas

As Variações Patrimoniais Aumentativas totalizaram R\$ 955.454,08. A conta receita de remunerações de depósitos bancários representando 99,99% das variações.

### Nota 25: Variações Patrimoniais Diminutivas

As Variações Patrimoniais Diminutivas registraram ao final do exercício de 2022, o montante de R\$ 1.485.226,74. Destacam-se as despesas de Pessoal e encargos no valor de R\$ 989.501,47, como por exemplo, remuneração de servidores e benefícios representando 66,62% das variações diminutivas e o grupo de Uso de Bens, Serviços e Consumo de capital fixo no valor de R\$ 478.191,95, exemplificando, diárias, serviços de terceiros, depreciação, correspondendo à 32,20% das variações diminutivas totais.

### Nota 26: Resultado Patrimonial

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações efetivadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício, constituído dos grupos de contas variações aumentativas e diminutivas, aumentando ou diminuindo a situação patrimonial líquida.

A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) conforme apresentado na tabela abaixo:

Variações Patrimoniais Quantitativas	31/12/2022
(+) Total da Variações Patrimoniais Aumentativas	955.327,00
(-) Total das Variações Patrimoniais Diminutivas	1.485.226,74
=Resultado Financeiro	-529.899,74

Fonte: Balancete 12/2022 SIGEF

Apurou-se um resultado patrimonial negativo de R\$ -529.899,74 que passa a compor o saldo de resultados acumulados no Balanço Patrimonial.

O resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

## ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - FUNDO ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA  
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64  
Período: Janeiro a Dezembro de 2022

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Ingressos</b>	<b>1.211.793,01</b>	<b>450.549,29</b>
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	955.327,00	295.148,17
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências recebidas	127,08	116.674,55
Outros ingressos operacionais	256.338,93	38.726,57
<b>Desembolsos</b>	<b>1.738.402,55</b>	<b>584.688,29</b>
Pessoal e demais despesas	1.483.927,00	545.961,72
Juros e encargos da dívida	-	-
Transferências concedidas	-	-
Outros desembolsos operacionais	254.475,55	38.726,57
<b>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)</b>	<b>(526.609,54)</b>	<b>(134.139,00)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Ingressos</b>	-	-
Alienação de bens	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros ingressos de investimentos	-	-
<b>Desembolsos</b>	<b>1.572.483,73</b>	<b>8.160,00</b>
Aquisição de ativo não circulante	1.572.483,73	8.160,00
Concessão de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros desembolsos de investimentos	-	-
<b>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)</b>	<b>(1.572.483,73)</b>	<b>(8.160,00)</b>

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Ingressos</b>	-	-
Operações crédito	-	-
Integralização do capital social de empresas dependentes	-	-
Outros ingressos de financiamentos	-	-
<b>Desembolsos</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da dívida	-	-
Outros desembolsos de financiamentos	-	-
<b>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)</b>	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)</b>	<b>(2.099.093,27)</b>	<b>(142.299,00)</b>
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	11.783.603,80	11.925.902,80
Caixa e Equivalente de Caixa Final	9.684.510,53	11.783.603,80

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

## QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
<b>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</b>		
Intergovernamentais	-	-
da União	-	-
de Estados e Distrito Federal	-	-
de Municípios	-	-
Intragovernamentais	127,08	116.674,55
Outras transferências recebidas	-	-
<b>Total das Transferências Recebidas</b>	<b>127,08</b>	<b>116.674,55</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</b>		
Intergovernamentais	-	-
a União	-	-
a Estados e Distrito Federal	-	-
a Municípios	-	-
a Consórcios Públicos	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras transferências concedidas	-	-
<b>Total das Transferências Concedidas</b>	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

**QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO**

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
Legislativa	-	-
Judiciária	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	370.035,90
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habituação	1.483.927,00	175.925,82
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
Reserva de Contingência	-	-
<b>TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO</b>	<b>1.483.927,00</b>	<b>545.961,72</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

**QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA**

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2022	Janeiro a Dezembro 2021
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Total dos Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

**NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA**

**Nota 27: Fluxo Operacional**

As informações dos fluxos de caixa permitem aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Essas são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

Para fins de padronização optou-se pelo método direto como obrigatório para todos os entes da Federação. No método direto são informadas as principais classes de recebimentos e pagamentos brutos.

O montante dos fluxos de caixa líquidos decorrentes das atividades operacionais é um indicador chave da extensão na qual as operações da entidade são financiadas, também auxilia ao demonstrar a condição da entidade de manter sua capacidade operacional, amortizar empréstimos, pagar dividendos ou distribuições similares e fazer novos investimentos sem recorrer a fontes externas de financiamento.

• **Ingressos**

Os Ingressos das atividades operacionais registraram o montante de R\$ 1.211.793,01. Observando a tabela abaixo é possível verificar que as remunerações das disponibilidades representaram 78,84% dos ingressos.

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Valor R\$	Análise Vertical(AV)%
<b>Ingressos</b>	<b>1.211.793,01</b>	<b>100%</b>
Remuneração das disponibilidades	955.327,00	78,84%
Transferências Recebidas	127,08	0,01%
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>	<b>256.338,93</b>	<b>21,15%</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal-SIGEF

• **Desembolsos**

Os desembolsos das atividades operacionais totalizaram R\$ 1.738.402,55, destacando-se com maior relevância os gastos com pessoal e demais despesas no valor de R\$ 1.483.927,00 representando 85,36% do valor total dos desembolsos.

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Valor R\$	Análise Vertical(AV)%
<b>Desembolsos</b>	<b>1.738.402,55</b>	<b>100%</b>
Pessoal e demais despesas	1.483.927,00	85,36%
<b>Outros desembolsos Operacionais</b>	<b>254.475,55</b>	<b>14,64%</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal-SIGEF

O fluxo de caixa das atividades operacionais encerrou o exercício de 2022 com um resultado negativo de R\$ -526.609,54.

**Nota 28: Fluxo de Investimento**

As atividades de investimento representam a extensão em que as saídas de caixa são realizadas com a finalidade de contribuir para a futura prestação de serviços pela entidade. Somente saídas de caixa que resultam em ativo reconhecido nas

demonstrações contábeis são passíveis de classificação como atividades de investimento.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	Valor R\$	Análise Vertical(AV)%
<b>Desembolsos</b>	<b>1.572.483,73</b>	<b>100%</b>
<b>Aquisição de Ativo Não Circulante</b>	<b>1.572.483,73</b>	<b>100%</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal-SIGEF

No exercício de 2022, o fluxo das atividades de investimento apresentou saldo negativo R\$ -1.572.483,73, isso porque não houve ingressos no fluxo de investimento.

#### Nota 29: Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa

A DFC apresentou resultado negativo de R\$ -2.099.093,27, devido aos desembolsos realizados nos fluxos operacionais e investimento. Em função da adoção do princípio da unidade de caixa, a geração líquida de Caixa e Equivalente de Caixa da Demonstração de Fluxo de Caixa-DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro-BF.

### ESTADO DE RONDÔNIA

#### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - FUNDO ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA Anexo 19 - Lei Federal nº 4.320/64 Exercício de 2022

Valores em R\$

Mês Referência: Dezembro	Pat. Social / Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajusto de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos Iniciais							11.794.038,80		11.794.038,80
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-529.772,66	-	-529.772,66
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição / Reversão de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a distribuir (R\$ . . . por ação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos Finais							11.264.266,14		11.264.266,14

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) compõem o conjunto das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) que estão enumeradas na Lei Federal nº 4.320/1964, assim como na Lei Complementar nº 101/2000 e na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Serviço Público 11 -NBC TSP 11. A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período. A alteração total no patrimônio líquido durante um período representa o valor total do resultado desse período, adicionado a outras receitas e despesas reconhecidas diretamente como alterações no patrimônio líquido (sem passar pelo resultado do período), junto com qualquer contribuição dos proprietários e deduzindo-se as distribuições para os proprietários agindo na sua capacidade de detentores do capital próprio da entidade.

#### DENISE DE OLIVEIRA RAMOS ANDRADE

Analista Contábil/Setorial SEPAT/FRFUR

CRC nº RO-005658/O-0

#### DAVID INÁCIO DOS SANTOS FILHO

Superintendente Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT

Protocolo 0035885957

### BALANÇO

#### DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS DO EXERCÍCIO DE 2022

#### SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE PATRIMÔNIO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - SEPAT